
Projeto Pedagógico de Curso e a Identidade do Radialista Bacharel¹

Norma MEIRELES²

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

Este texto apresenta um recorte de pesquisa de doutorado sobre o bacharelado em Radialismo no Brasil a partir do estudo de dezoito Projetos Pedagógicos de Curso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter interpretativo que se dá no contexto das crises de identidade do radialista - profissão cuja gênese está no rádio – e dos cursos de Radialismo. Três grandes categorias analíticas balizam a análise dos PPCs: formação, profissão e atuação, que estão interligadas. O destaque aqui é para a categoria “profissão”, como o objetivo de enfatizar a relação entre Projeto Pedagógico de Curso e as identidades em Radialismo, particularmente examinando o perfil do egresso.

Palavras-chave: rádio; radialismo; projeto pedagógico de curso; profissão; identidade.

Introdução

A formação em Radialismo em nível de graduação teve suas primeiras iniciativas na década de 1960, passando preliminarmente pela UnB com o projeto de Pompeu de Sousa mas se efetivando pela USP com a criação da Escola de Comunicações de Massas (atual escola de comunicações e artes - ECA). Pode-se dizer que havia uma latência pela formação em rádio e televisão, uma vez que o ensino superior em jornalismo, instituído no país em 1943, já não dava conta das demandas do mercado de trabalho impulsionadas pelos avanços tecnológicos da época. Como avalia Marques de Melo (1979), existia carência de profissionais com formação mais adequada desde a década de 1950. A regulamentação, no entanto, só ocorreu em 1978, no quarto currículo mínimo de comunicação social (MOURA, 2002). É também em 1978 que a profissão de radialista é regulamentada e a categoria passa a ter direito ao registro profissional (BRASIL, 1978), uma vez que legislação de 1945 (BRASIL, 1945) estabelecia valores mínimos de remuneração não tinha o dispositivo do registro.

O contexto histórico no qual o curso se insere é o do campo da comunicação, ou como chamamos aqui, da cultura do ensino de comunicação. O curso de Radialismo nasceu como habilitação de comunicação social e passou a ser ofertado como bacharelado autônomo a partir de 2010, inserido na política pública para educação superior (BRASIL, 2010), quando foi sugerida a convergência para a nomenclatura RTVI (Rádio, TV e Internet). Ao longo das décadas desde o seu surgimento a oferta da graduação em Radialismo passou por ampliação e redução. Prata *et al.* (2012) abordam a crise de

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídias Sonoras, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Este artigo é parte da tese intitulada “Profissão, currículo e Projeto Pedagógico de Curso: perfil do bacharelado em Radialismo no Brasil”, defendida em julho de 2018, com orientação do prof. Dr. Fernando César Bezerra de Andrade (PPGE/UFPB) e coorientação da prof.^a Dr.^a Nair Prata Moreira Martins (PPGC/UFPB).

² Doutora em Educação pela UFPB. Radialista, jornalista, professora do Curso de Radialismo, do Departamento de Comunicação da UFPB, e-mail: norma.meireles@gmail.com

identidade e necessidade de mudanças. Se por um lado não existem novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para RTVI (diferente de cinema, jornalismo, relações públicas, por exemplo), por outro, a profissão de radialista também se reconfigura, inclusive com alterações na legislação (BRASIL, 2018). Ambos, profissão e curso, são tensionados pela legislação, pelo mercado e pela tecnologia.

Na pesquisa intitulada “Profissão, currículo e projeto pedagógico de curso: perfil do bacharelado em Radialismo no Brasil”, a tese defendida afirma que o perfil dos cursos de Radialismo no Brasil é diverso, heterogêneo e em transformação, evidenciando uma crise de identidade do Radialismo, diretamente relacionada à crise de identidade do radialista, em contexto de rápidas mudanças tecnológicas e econômicas, cujos reflexos aparecem nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Trata-se de investigação com característica interpretativa, com a utilização de múltiplas estratégias. É uma pesquisa documental, quanto à natureza dos dados, e o principal método de análise de dados é a análise de conteúdo, especificamente a análise transversal inspirada em Bardin (2011). O universo da pesquisa foi delineado com o cruzamento de dados da plataforma e-MEC e sites das instituições ofertantes de bacharelado em Radialismo cuja nomenclatura fosse convergente com a nomenclatura Rádio, TV e Internet (BRASIL, 2009), totalizando 42 cursos ativos no Brasil, em instituições públicas e privadas (universidades, centros acadêmicos e faculdades).

A pesquisadora teve acesso a 18 PPCs em quatro regiões do país (ausência do Norte): seis do Nordeste, um do Centro-Oeste, dez do Sudeste e um do Sul. No que diz respeito à natureza jurídica, dez são ofertados por IES públicas e oito por privadas. Enquanto o Nordeste concentra a maioria dos cursos em instituições públicas, o Sudeste detém a maioria das ofertas privadas. O PPC mais antigo foi escrito em 1998³ e o mais recente em 2017, sendo a grande maioria posterior a 2010. Dos 18 cursos, cinco são bacharelados “autônomos” (quatro bacharelados em Rádio, TV e Internet e um bacharelado em Radialismo), os demais são habilitações do bacharelado em comunicação social. Na etapa de tratamento e análise dos dados, os documentos foram sequenciados por região e receberam identificação alfanumérica: PPC 1 a PPC 18. Tal classificação se deu em virtude da resistência por parte de muitas IES quanto ao acesso ao PPC, apesar de o Projeto Pedagógico de Curso ser um documento público.

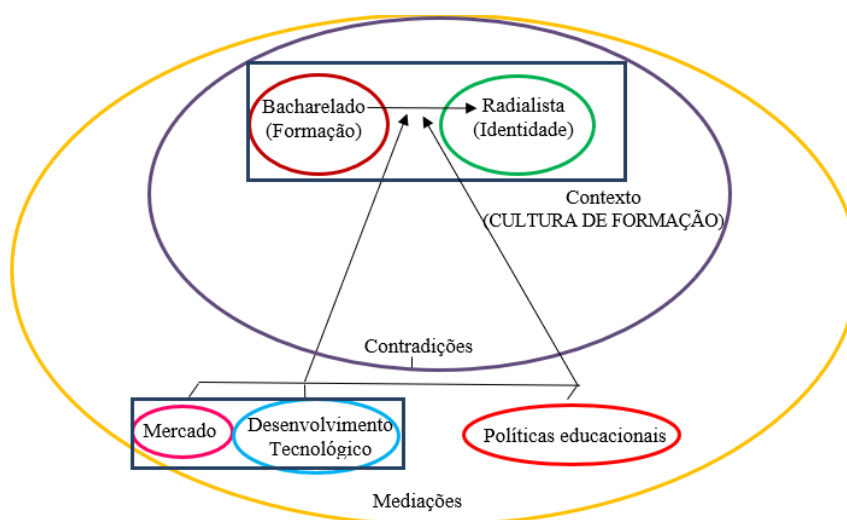
A tese está estruturada em quatro capítulos (além da conclusão): primeiro, “o radialista pela ótica dos Estudos Culturais”, sobre a história da profissão, relação entre a legislação, o mundo do trabalho, a formação e a identidade profissionais, a educação do radialista. O segundo capítulo,

³ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 flexibiliza o ensino, indicando outros caminhos educativos/formativos como via para a elaboração de projetos de cursos.

“Radialismo: educação e currículo no ensino superior”, aborda a formação profissional no âmbito da educação superior no Brasil, suas normatizações, trajetória dos cursos de Radialismo, currículo e projeto pedagógico. O terceiro capítulo, “Metodologia da pesquisa” e o quarto, “contexto atual dos cursos de Radialismo”, contém as micro e macroanálise dos dados, delineando assim um perfil do bacharelado em Radialismo, inclui entre seus tópicos “PPC e a formação de radialista”; “PPC e identidades em Radialismo” e PPC e lugar social do radialista”. No entanto, o que este artigo traz é apenas um recorte do capítulo quatro, especificamente “PPC e identidades em Radialismo.

É importante destacar que metodologicamente há uma aproximação de Seixas (2014), todavia, as especificidades da pesquisa impulsionam o desenvolvimento de um modelo alternativo, conforme o esquema a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Modelo analítico da tese



Fonte: pesquisa direta (2018)

É mister ainda evidenciar que as categorias de análise são as seguintes: a) formação (concepção do curso; conteúdos formativos; infraestrutura do curso; acompanhamento e avaliação); b) profissão (perfil do ingresso, perfil do egresso, perfil profissiográfico; e c) atuação (competências e habilidades [gerais, específicas]; ambiente de atuação; estágios). Três eixos são cruciais para toda a análise: “identidade profissional”, entendido a partir das relações formativas do radialista no bacharelado de Radialismo; “mercado de trabalho e tecnologias”, cujas características específicas nos PPCs se relacionam ao período da construção de cada texto; e as “políticas educacionais”.

Um outsider

A evolução da história do curso de Radialismo no Brasil foi e é atravessada pelas relações da sociedade com o mercado, com os meios de comunicação (o Rádio, a Televisão e a Internet), e com os demais cursos da área - assim como com a cultura acadêmica e profissional formada em torno deles

- processos de mediação pela perspectiva de Martín-Barbero (1997) e que também podem ser analisados pelo prisma da midiaticização (SODRÉ, 2002, 2012; FAUSTO NETO, 2006), conceito ainda em desenvolvimento, como registra Gomes (2017). O arcabouço normativo que institui e regula o curso atesta-o bem, indicando elementos para se pensar acerca do perfil do bacharelado de Radialismo/RTVI na sua atual configuração.

Tendo como pano de fundo os elementos históricos e normativos, a trajetória do curso de Radialismo mostra-se oscilante, buscando se firmar tal qual os que a antecederam no campo da Comunicação na educação superior, embora pareça, em algum momento, bem firmado no diálogo com seus pares; disso é possível fazer uma aproximação com a figuração “estabelecidos-*outsiders*”, de Elias e Scotson (2000), para a leitura das relações de poder intrínsecas aos cursos da área de comunicação, que tem o jornalismo como a graduação primordial. Apesar da conquista da ampliação da oferta de cursos na década de 1960, com formação de profissionais além de jornalistas, na configuração em questão a situação de interdependência da formação generalista tornou-se para os cursos o que os autores consideram uma “armadilha de uma configuração que eles não criaram, mas que produziu tensões e conflitos específicos entre eles” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 172), na qual ainda estão enredados.

Algumas características dessa figuração proporcionam a leitura de que o curso de Radialismo continua sendo *outsider*, apesar de existir oficialmente desde 1978. Isso se constata já pela conexão entre antiguidade e coesão, que coloca jornalismo, em especial (além de relações públicas e publicidade e propaganda), em posições privilegiadas em relação a Radialismo, uma vez que quanto maior a antiguidade maior a tendência de coesão. Por sua vez, cinema, que também poderia ser considerado outro *outsider*, tem nível diferente de coesão e ocupa posições de poder de forma distinta daquela de Radialismo. De acordo com Elias e Scotson (2000, p. 22):

Um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos — o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos-*outsiders*.

Para Elias e Scotson (2000, p.23), “a peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes”: no seu interior desenvolve-se uma classificação hierárquica. Cursos estabelecidos como jornalismo têm alto índice de coesão, profissão com regras de conduta, comunidade acadêmico-científica unificada com órgãos que congregam pesquisadores de docentes, uma tradição; o mesmo acontece com os demais, inclusive cinema, que foi vanguardista na

questão da autonomia curricular e que no atual contexto rivaliza com Radialismo na figuração. Considerando não apenas os processos de mediação e midiaticização, mas o fato de ter DCNs, ocupa um espaço de poder diferente.

No processo de homeostase entre os cursos de comunicação social, pode-se dizer que atualmente Radialismo/RTVI procura se estabelecer, mas tem problemas em seus circuitos, nas suas relações, desconhecendo a si mesmo como um sistema, na sua complexidade e múltiplas facetas que podem compor a(s) identidade(s)/ o(s) perfil(is) deste bacharelado. A própria nomenclatura tornou-se objeto de alterações, adaptações e estranhamentos. Não obstante, as identidades, na modernidade líquida, como preconiza Bauman (2005, p. 44), são flutuantes, enquanto “a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais diversas e fortemente diferenciadoras [...] A maioria de nós paira desconfortavelmente entre dois pólos”. Esse parece ser os casos tanto do radialista quanto do bacharelado em Radialismo.

De acordo com Elias e Scotson (2000), a falta de coesão e o relativo isolamento dos *outsiders* leva à impotência e aos sentimentos de desamparo e resignação. Pensando-se ainda na desigualdade relacional no interior da figuração estabelecidos-*outsiders*, é importante mencionar o lugar de inferioridade atribuído aos *outsiders*, já que fixar rótulos é uma arma de poder. Embora a associação com a técnica não seja uma prerrogativa apenas do curso de Radialismo, é nesta formação em específico e no campo profissional que facilmente se observa a expectativa por técnicos que, no senso comum, são “apertadores de botão”, como se lhes fosse removida a inteligência.

Em contraposição, o jornalista seria o intelectual, o cineasta, o artista – sendo o radialista, se muito, o artista circense, com já observava Lopes (1957). A hierarquia entre trabalho intelectual (tradicionalmente considerado superior e mais bem pago) e trabalho braçal (de que o trabalho técnico se aproxima no senso comum), afeta, então, a constituição desta desigualdade de poderes.

Currículo e Projeto Pedagógico de Curso

Há uma estreita relação entre currículo e projeto pedagógico. As definições de Projeto Político Pedagógico⁴ (PPP) poderiam se confundir com algumas definições de currículo, por serem ambos entendidos como articulação das experiências escolares que organizam as saberes e poderes, um sendo uma dimensão do outro. Padilha (2004, p. 117) entende que: “poderíamos também nos referir ao currículo escolar como sendo a ampliação, em diferentes dimensões, do que for consignado no *próprio projeto político-pedagógico* da escola.”

⁴ Na literatura específica encontram-se os termos Projeto Político Pedagógico e Projeto Pedagógico com o mesmo significado, sendo o segundo adotado mais recentemente, considerando que o pedagógico pressupõe o político.

Para Pereira (2004, p. 15), por exemplo, “o Projeto Político Pedagógico organiza o espaço-tempo da escola e seus saberes, a partir das experiências de vida que os sujeitos trazem e constroem no seu interior”. Nas palavras da autora, o PPP é uma proposta que “mostra estar viva a escola, construindo conexões através das suas atividades e das suas funções, para que o sujeito aprendiz, no seu ato de viver e aprender encontre confluências de objetivos tanto na escola da vida como na vida da escola.” A questão que move a construção dos projetos pedagógicos é a formação do ser humano. Quem será formado e de que maneira? Isso está em conformidade com questões de conteúdo e identidade apontadas por Silva (2001).

É necessário notar uma distinção entre Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que estão relacionados. No âmbito do ensino superior, pode-se citar ainda o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Estes documentos se articulam através de diversas dimensões e correspondem a um único documento no ensino básico: o projeto pedagógico da escola. Ressalte-se, no entanto, que esta pesquisa se preocupa com PPCs. A análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Radialismo, portanto, está atravessada por projeções identitárias, que dizem respeito a um profissional em específico, o radialista.

Uma análise de projetos pedagógicos, de acordo com Veiga (2010, p. 15), deve considerar a existência de diferentes níveis: institucional, acadêmico (de curso) e de ensino aprendizagem (pedagogia de projetos). A autora destaca também três pontos básicos: futuro, utopia e construção coletiva. Veiga (2010, p. 15) descreve a utopia como palpável, “algo realizável em um futuro próximo”, e relaciona o terceiro ponto aos fatores de pertença e identidade.

A literatura específica aponta que a construção de projetos pedagógicos pressupõe o pensamento complexo, interdisciplinar e integrado, além de uma avaliação emancipadora. As diversas articulações do projeto pedagógico de um curso e o modo como ele é construído, executado e avaliado como processo permanente podem fortalecer as identidades do curso e, por sua vez, do profissional a ser formado. Para Veiga (2010), a intencionalidade, demonstrada de maneira transparente, é o que diferencia um projeto pedagógico de um aparato técnico descontextualizado que por vezes se confunde com o currículo na sua acepção mais rasa.

Assim, idealmente, é mister conceber o Projeto Pedagógico com dimensões e funções que o façam pulsante, vivo, processual, autocrítico, tal qual a educação e os processos formativos, em especial na educação superior. Ao mesmo tempo, na realidade das práticas sociais e do ponto de vista da análise dos discursos culturais, um Projeto Pedagógico presta-se como objeto de crítica, por refletir, implícita ou explicitamente, o lugar periférico ou central do curso que visa estruturar.

Projeto pedagógico, currículo e profissão: para pensar o Radialismo no Brasil

Entre os autores da área de comunicação social, Almeida (2007, p. 49) propõe “esboçar um roteiro para facilitar construção” de projetos pedagógicos, considerando que o PPC retrata o “perfil de um curso. Trata da utopia de formação e transformação do aluno em um profissional que possa atuar no mercado de trabalho com competência ética, humanística e técnica. É através do Projeto Pedagógico que se define o profissional que se quer formar.” Pensamento com o qual se concorda, sem, contudo, esquecer o caráter reprodutor com que práticas pedagógicas podem configurar-se – no caso do bacharelado em Radialismo, posicionando, com a indefinição do perfil de seu profissional, o egresso do curso como um *outsider* no campo da comunicação social e, então, no mercado de trabalho que lhe concerne.

Para Almeida (2007), a elaboração de um PPC de comunicação pressupõe o conhecimento sobre: a LDB, as diretrizes curriculares da área; o mercado de trabalho e a legislação vigente; a política institucional da IES. Aconselha a consulta aos profissionais, entidades, além da promoção de seminários envolvendo profissionais e interessado no curso. Só a partir de dados coletados com estas ações é que o PPC seria construído. A proposta de Almeida (2007) é dialógica pelo menos em uma fase preliminar, de acordo com o sentido de projeto construído com a sociedade, a partir dela e com ela; embora indique estas ações como processos anteriores à escrita do projeto em si, em tese, partiria de uma compreensão de necessidades locais específicas. Logo, apresenta uma fase dialógica e outra burocrática, retomando a interlocução quando de processos avaliativos para reconfiguração de um novo projeto.

Almeida (2007) propõe uma estrutura básica que contenha: a) introdução; b) a política institucional; c) ensino de comunicação; d) o profissional de comunicação – perfil e mercado; e d) estrutura curricular, indicando conteúdos para cada um deles, que vão de itens básicos de um projeto até pontos que constam nos documentos balizadores das avaliações do MEC⁵. Estes elementos são importantes para a análise das relações aqui estudadas, uma vez que deixam evidentes determinadas correlações entre estabelecidos e *outsiders* que devem ser materializadas no discurso do projeto pedagógico de um curso, especificamente de Radialismo.

De acordo com Moura (2002), os cursos de comunicação social são pensados mais com o mercado do que pela discussão teórica. Há que se pensar, então, diante das possibilidades analíticas da construção dos PPCs, quais elementos estão presentes e como são formulados em seus respectivos Projetos Pedagógicos.

⁵Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padrcoms.pdf> e <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/aradio.pdf>. Acessos em: 24 jul. 2017.

O processo de coleta de dados nesta investigação revelou, com muita evidência, que a construção dos currículos e dos projetos pedagógicos de bacharelados em Radialismo no Brasil denuncia aquele lugar identitariamente difuso, que também decorre da posição culturalmente associada a um trabalho de menor valor, marginal (se medido na relação com outros cursos da área de comunicação social). Houve grande dificuldade tanto para determinar o universo da pesquisa, mesmo que através das fontes oficiais, quanto para ter acesso aos PPCs.

Todos os vários obstáculos e resistências enfrentados podem ser melhor compreendidos como decorrentes desse posicionamento desvantajoso para o radialista, em uma rede de profissionais cuja cultura termina por reproduzir lugares políticos à imagem e semelhança de outros arranjos desiguais – tal qual o econômico, por exemplo.

Pensar o Radialismo no Brasil é, portanto, reconhecê-lo à margem das determinações de poder provindas tanto do mercado de trabalho quanto, de forma mais disfarçada, dos Projetos Pedagógicos academicamente formulados. Curiosamente (e não por acaso, é provável), essa posição aparece como um correlato do próprio Radialismo enquanto perfil profissional que, como é definido no Brasil, é único no mundo. E se nosso país é mundialmente periférico, sobretudo no campo da definição de postos de trabalho, os deslocamentos da centralidade chamam a atenção: radialistas são *outsiders* num campo de trabalho ocupado predominantemente por outros profissionais (jornalistas, cineastas), em um país que, tendo também suas regionalizações (as culturas nordestinas são *outsiders* em relação às do Sudeste), é, ele próprio, periférico.

Com isso, é possível afirmar que projetos pedagógicos e currículos relacionados ao Radialismo expressam a condição periférica com a qual o radialista é tratado por um mercado de trabalho que reproduz as desigualdades nas relações de poder, que atravessam culturalmente as relações profissionais.

PPC e identidades em Radialismo

A subcategoria “perfil do egresso” é um tópico obrigatório na composição de um Projeto Pedagógico de Curso - está nas diretrizes curriculares da área de comunicação social e nas suas habilitações (CNE/CES, 2001) e nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (BRASIL, 2010). O mesmo não acontece com a subcategoria “perfil de ingresso”. Já o “perfil profissiográfico” é uma ampliação do termo “perfil profissional” usado como sinônimo de “perfil do egresso”. Outra subcategoria aqui examinada é o “perfil do ingresso”. A categoria principal de análise neste tópico é “profissão”.

A legislação de 2001 especifica um perfil de formação que se mostra duplo (com proposta de integração e horizontalidade entre ambos): generalista em comunicação social e especialista em Radialismo. As características destes dois perfis aparecem em todos os cursos que são habilitações de comunicação social, e até nos que oferecem bacharelados autônomos; aliás, elas estão normatizadas. De fato, assim o é desde a implantação do ensino de comunicação social e suas primeiras habilitações, no que é tido como o terceiro currículo mínimo da área, considerando os dois anteriores de jornalismo.

Portanto, é uma herança da formação na área desde os currículos mínimos: embora o emprego da expressão “perfil do egresso” nas resoluções seja mais recente, os desdobramentos do campo, as subdivisões cumpriram implicitamente esse papel. Desde o Parecer 480/83 (MEC/CFE, 1983, p. 85), o perfil generalista já estava em evidência:

São tarefas do profissional da área contribuir para: aperfeiçoar práticas democráticas nas relações de produção de mensagens com as fontes e nas relações entre os produtores de mensagens com as fontes de informação e o público usuários; desenvolver e ampliar a pesquisa e a reflexão sobre a Comunicação e seu impacto sobre a sociedade; explorar e criar novas possibilidades de expressão artística e cultural através das técnicas de linguagens de comunicação; e expor novos usos para a comunicação na sociedade.

Já de acordo com o Parecer 492 (CNE/CES, 2001, p. 16), o perfil comum, é o que imprime uma “identidade ao curso como comunicação”. Dada a alusão feita a este perfil nos PPCs estudados, faz-se emergir agora um perfil comum a todos os egressos de comunicação a partir desta normativa. Ele, assim, é caracterizado por:

1. sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas; 2. sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo; 3. sua visão integradora e horizontalizada - genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem; 4. utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo portanto competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e ainda sobre as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social. (CNE/CES, 2001, p. 16).

A construção do perfil também é influenciada pelos instrumentos de avaliação de cursos do Ministério da Educação, que valoriza a ampliação do campo de trabalho, uma vez que, de acordo com o dispositivo de análise de qualidade de cursos de Comunicação Social-Radialismo, quanto ao perfil dos formados – aferido pelos quesitos coerência, correções e originalidade –, os cursos devem expor,

entre outras: “funções específicas que os egressos poderão exercer no mercado de trabalho, além daqueles previstos pela legislação” (COMISSÃO..., 2017, p. 1).

Trata-se de um aspecto que pode ser interpretado como decorrente de atualizações mercadológica ou tecnológica, por exemplo, mas, ao mesmo tempo, em certa medida, contribui com tensionamentos das identidades, das fronteiras das profissões, na contemporaneidade, muitas vezes tidas como inexistentes, do ponto de vista da legislação. Neste aspecto, pelo paradigma da complexidade (MORIN, 2005), pode-se presumir que a universidade esteja provocando movimentos nesse sistema constituído pelas relações entre IES, mercado de trabalho, mundo tecnológico e processos comunicacionais em que se insere o radialista, para que esse sistema avance de alguma forma, retroalimentando-se em fluxo espiralar.

Na correlação de forças com os demais cursos na área, já se anunciou que Radialismo é um *outsider* que, no momento, indica ter baixa coesão, inclusive dificuldade própria para reconhecer-se, identificar-se, em especial na sociedade na cultura de convergência (JENKINS, 2008), na sociedade midiaticizada.

Considerando o discurso decorrente da construção textual sobre o profissional que se quer formar, os dados demonstram que em 47% dos casos o perfil do egresso incorpora textualmente, sem qualquer mudança de vocábulo, todos os itens do Parecer nº 492 (CNE/CES, 2001); em 35% deles o sentido é mantido, mas há uma escrita própria; já em 22%, as características do perfil são parcialmente copiadas da legislação e mescladas com texto original; e apenas 6% apresentam-se de maneira bem distinta. No que diz respeito à ampliação, a maioria (67%), incluindo aqueles que apresentam cópia literal da normativa, indica uma ou mais características no perfil do egresso.

Como já mencionado, um dos 18 projetos pedagógicos analisados foi escrito em 1998; portanto, embora seja posterior às mudanças na LDB de 1996, na área de comunicação ainda foi balizado, em certa medida, pelo Parecer nº 480/83 (MEC/CFE, 1983) e pela Resolução nº 02/84. Cinco são bacharelados em Rádio, TV e Internet (RTVI), com perfil proposto pelos referenciais de 2010, o qual também aparece nos projetos em combinação com as diretrizes de comunicação social no início dos anos 2000.

Logo, através da reprodução (em parte ou no todo) de uma normatização e das diligências dela decorrentes, sem críticas ou inclusão de especificidades locais ou regionais (as quais sugeririam uma reflexão, por mínima que fosse), buscou-se viabilizar o funcionamento dos cursos de Radialismo em nível de bacharelado. Tal reflexão apontaria, inclusive, para uma apropriação particular que poderia ser avaliada pelos órgãos gestores da educação superior como “original”, movimento esse que também permitiria uma abertura para a utopia da (trans)formação do radialista. No contexto ampliado, também

acolheria discussões e propostas teórico-pedagógicas da área (LOPES, 2000; MARQUES DE MELO, 1998). No entanto, como se evidencia pela redação do perfil do egresso na maioria dos PPCs, essa alternativa não se formaliza, apontando para uma forte tendência conservadora do *status quo* do radialista, já caracterizado como *outsider*.

Assim, para além das características já previstas nos perfis comum e específico, a plasticidade da profissão aparece no perfil do egresso, associada algumas vezes a uma qualidade implícita, a exemplo do disposto no PPC 1 (2007, p. 31): “domínio de atitudes para trabalhar e decidir em grupo”; em outras, valoriza aptidões que emergem dos contextos locais ou institucionais, e neste aspecto, coaduna-se com o PDI, a exemplo do PPC 14 (2017, p. 19), com um ramo específico do ensino privado (confessional) e com o mercado de trabalho especializado em religião: “capacidade de articular o exercício profissional com os princípios éticos e valores bíblico-cristãos”. No mesmo sentido da ampliação do perfil pela vocação do curso encontra-se o disposto no PPC 2 (2012, p. 11): “campo de atuação do profissional como meio de viabilizar a articulação entre o mundo do trabalho e o mundo acadêmico”.

E ainda se tem o exercício de imprimir uma maior especialização no campo de atuação, ou mesmo explicá-la. Observa-se, neste movimento, o processo de identificação: “capacidade de exercer a interlocução entre as funções típicas de Radialismo, no campo de rádio e TV, e as demais funções profissionais ou empresariais da área da Comunicação” (PPC 4, 2013, p. 31). Pode parecer óbvio, mas tanto a análise das normatizações do ensino de comunicação (e conseqüentemente de Radialismo), quanto as histórias da profissão e do curso, e a análise dos dados da pesquisa, demonstram que a nomenclatura é um espaço de disputa e oscila desde sua inserção, no quarto currículo mínimo.

Percebe-se a inserção das características de gestão, ausentes no Parecer CNE/CES 492/2001 e presentes nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (BRASIL, 2010), no que se refere ao perfil do bacharelado de Rádio TV e Internet, ainda que nos cursos classificados na pesquisa como “tipo habilitação”⁶, anteriores e posteriores à publicação de 2010. Pois, no PPC 9 (2007, p. 32) encontram-se, entre outras características do perfil do egresso: “projetar, orçar e produzir programas para rádio, televisão ou internet com base em dados de audiência, pesquisas de mercado e estratégias de comunicação; planejar e administrar estruturas operacionais de emissoras ou produtoras.”

Já no PPC 16 (2012, p. 18) há a seguinte menção: “pela gestão de equipes de profissionais de comunicação em emissoras de Rádio e TV, bem como em produtoras e demais empresas de produção

⁶ Para efeito de análise, os cursos foram subdivididos em dois, os “tipo habilitação”, curso de comunicação social com habilitação em radialismo (e nomenclaturas convergentes para RTVI) e “tipo bacharelado”, os bacharelados autônomos.

de conteúdo audiovisual para todos os suportes”. Trata-se de um perfil que transcende o definido legalmente na década de 1970 como aquele do trabalhador dos meios de comunicação de massa tradicionais, em vigor quando todos os projetos pedagógicos que compõem o *corpus* da pesquisa foram escritos – e que sofreu alteração em 2018, através da Lei nº 13.424 (BRASIL, 2017). Ainda tendo como exemplo o PPC 16 (2012, p. 18), o curso, considerando o contexto da convergência, acrescenta: “pela produção de conteúdos audiovisuais em diversos suportes e plataforma multimídia.”

Entre os de cursos com perfil RTVI, o PPC 8 (2015, p. 7) destaca na construção textual do perfil do seu egresso que: “o curso foi estruturado para atender às demandas profissionais diante da convergência das mídias”. É importante perceber que o processo de convergência e sua influência na formação do radialista estão presentes em escritas anteriores à proposta da nomenclatura RTVI, de modo a verificar-se a interação entre os meios eletrônicos tradicionais rádio e televisão e suas reconfigurações na e pela internet. O PPC 6 (2007, p. 34-35) sintetiza o seu perfil profissiográfico da seguinte forma:

O futuro profissional terá formação teórico-prática que o habilite para o trabalho de comunicação nos veículos rádio e TV, além de produções multimídia na Internet, bem como para o exercício da pesquisa e da docência, segundo sua livre-escolha. Considera-se, ainda, como fundamental ao exercício da profissão, a capacidade de gerir os processos comunicacionais de organizações, preparando-se o profissional de Radialismo (Rádio e TV) para a prática de serviços de consultoria ou assessoria de comunicação em empresas ou entidades sociais. Trata-se de um perfil executivo, que o capacite não apenas para o exercício da profissão de radialista, bem como de assessoria no campo da comunicação efetivada pelos veículos rádio e TV, e finalmente para o empreendedorismo, por meio do estímulo à produção de projetos e produções independentes.

Portanto, a textualidade dos PPCs reforça, no contexto de uma cultura de formação em comunicação, a dinâmica existente entre políticas públicas educacionais, desenvolvimento tecnológico e mercado, agindo sobre a formação de radialistas bacharéis. Um dos bacharelados em RTVI, na tentativa de atender às demandas de ampliação do perfil e atualização profissional, além do já contido nas normatizações dos anos 2000 e 2010, expõe como característica do perfil do egresso (perfil profissional):

O exercício de todas as demais atividades que, no estado então vigente da profissão, sejam reconhecidas pelo bom senso, pelas entidades representativas ou pela legislação pertinente, como características do profissional; [...] o domínio e conhecimento da tecnologia de apoio para execução das funções profissionais. (PPC 11, 2014, p. 23).

Com relação à subcategoria “perfil do ingresso”, ela é raramente encontrada. No geral, não há distinção para aqueles que querem se tornar radialistas, exceto a condição *sine qua non* de ter ensino médio completo; porém, o PPC 16 diz ser imprescindível que a formação anterior à entrada na IES tenha base sólida na área de humanidades e linguagem, pelas próprias características da profissão:

O perfil desejado pressupõe formação humanística de qualidade e capacidade de expressão verbal e escrita adequada para o aluno que finalizou seus estudos no Ensino Médio. Assim, esperamos um aluno que domine os elementos básicos da língua portuguesa, disponha de conhecimentos históricos e científicos que sirvam de substrato para a construção de sólida formação humanística e profissional na área pretendida, além de postura ética e responsável (PPC 16, 2012, p. 16)

O termo radialista não está presente em todos os PPCs, mas todas as subcategorias de análise aqui apresentadas são nuances de perfil(is) do radialista que o ensino superior almeja formar. Em seus discursos sobre o radialista, o profissional é caracterizado nos PPCs em harmonia com os fundamentos éticos humanísticos da comunicação, mas o discurso oscila quando se trata de estabelecer um lugar, uma identidade para profissão e para o curso, diante, especialmente, das reconfigurações motivadas pela cultura da convergência tecnológica.

Algumas Considerações

Dentre as três principais categorias de análise que compõem a pesquisa “Profissão, currículo e projeto pedagógico de curso: perfil do bacharelado em Radialismo no Brasil”, este artigo destacou apenas uma delas: “profissão”, direcionada ao estudo dos perfis de entrada e saída do curso, especialmente o perfil do egresso; e que constitui uma das partes do capítulo analítico intitulada PPC e identidades em Radialismo. Seu estudo ajuda a compreender de que maneira os PPCs são construídos na relação com as identidades profissional e do curso.

As construções das identidades no bacharelado em Radialismo estão intrinsecamente relacionadas ao perfil de egresso que se vislumbra nos projetos pedagógicos, atravessados pelas normatizações da área, pelas políticas educacionais, pelo mercado, associado ao desenvolvimento tecnológico, além da identidade do profissional no campo.

Se por um lado falta coesão entre os cursos para fortalecer a configuração na qual Radialismo é entendido como *outsider*, por outro, a plasticidade, a possibilidade de adaptações dá a oportunidade para que se rompa com processos reprodutivos. Desta forma, seria possível encontrar um lugar diferente, no qual o radialista, bem como o curso de Radialismo, passe a um lugar de maior equilíbrio nas relações de poder com seus pares.

A análise da identidade em Radialismo associada a uma analogia ao mito de Narciso levou à criação de classificação da escrita dos PPCs no que se refere à construção textual do perfil do egresso, uma vez que ela (identidade) é espelhada a partir das normalizações e espelha-se internamente à procura de unidade. Resumidamente, a tipologia proposta, que se organiza a partir da pretensão de um tipo ideal de formação, indica três perfis de egresso estabelecidos nos PPCs: 1) Perfil acadêmico

profissional padrão: registrado nos PCCs que se limitam a reproduzir, em espelhamento, literalmente (ou quase) a descrição do perfil de egresso das Diretrizes. Notória tendência da reprodução do *status quo* atual para o exercício profissional do radialista. 2) Perfil acadêmico profissional ondular: a imagem do radialista se reproduz com distorções superficiais. Diferencia-se minimamente do texto normativo, utilizando-se de sinônimos e outros recursos como a divisão de uma característica em duas. Movimenta-se no sentido de promover mudanças, mas com caráter de conservação. 3) Perfil acadêmico profissional processual: difere na forma e conteúdo do texto normativo, dentro do seu espaço de liberdade criativa, o que tende a lançar luzes mais (auto)críticas sobre o lugar e as perspectivas profissionais do radialista no cenário atual.

Cabe destacar que no contexto geral da pesquisa o perfil do bacharelado, como presumido, é heterogêneo, difuso e em mutação, com reproduções de uma condição de *outsider* da identidade do radialista, e, por conseguinte, do curso. Neste cenário, o currículo e o PPC são lugares de disputa nos quais atuam diferentes forças, de interesses diversos e mesmo contrários.

Referências

- ALMEIDA, Fernando. Projeto pedagógico e currículo. *In*: PINHO, J. B. **Comunicação brasileira no século XXI**. Intercom: ação, reflexão. São Paulo: INTERCOM, 2007. p. 49-54. (Coleção Verde-Amarela, v. 2 – A Clava Forte).
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 7.984, de 21 de setembro de 1945**. Fixa os níveis mínimos de remuneração dos que trabalham em empresas de radiodifusão e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7984-21-setembro-1945-416628-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 dez. 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Lei 6.615/1978**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências. Brasília: Ministério do Trabalho, 16 dez. 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6615.htm. Acesso em: 30 ago. 2014.
- BRASIL. Convergência de denominação (de → para). Comunicação e Artes. **Portal do MEC**, Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/consulta_artes.pdf. Acesso em: 2 maio 2013.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**. Altera as Leis nos 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13424.htm. Acesso em: 6 maio 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura**. Brasília: Ministério da Educação/SESu, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.329, de 4 de abril de 2018**. Altera o Anexo ao Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, que regulamenta a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9329.htm. Acesso em: 6 maio 2018.
- CNE/CES. **Parecer 492**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Aprovado em 03 abr. 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Padrões de qualidade para cursos da área de Comunicação Social**. Radialismo – Rádio e TV. Autorização de cursos. Brasília:

- MEC/ SESu, [s/d]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivospdf/aradio.pdf>. Acesso em: 24 julho 2017.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders** - Sociologia das relações de poder a parit de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAUSTO NETO, Antônio. Miatização, prática social - prática de sentido. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 15., 2006, Bauru. **Anais ...** Bauru: COMPÓS/UNESP, 2006.
- GOMES, Pedro Gilberto. **Dos meios à miatização** - Um conceito em evolução. São Leopoldo: Unisinos, 2017.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Sobre um novo projeto pedagógico no campo da comunicação. *In: BACCEGA, Maria Aparecida (Org.). Comunicação e cultura: um novo profissional*. 2. ed. São Paulo: ECA/USP, 2000. p. 14-19.
- LOPES, Saint-Clair. **Fundamentos jurídicos-sociais da radiodifusão**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1957.
- MARQUES DE MELO, José. Ensino de graduação em comunicação social: paradigmas curriculares. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. XXI, n. 1, p. 13-23, jan./jun. 1998.
- MARQUES DE MELO, José. Poder, universidade e escolas de comunicação. *In: MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; SILVA, Carlos Eduardo Linas (Org.). Ideologia e poder no ensino de comunicação*. São Paulo: Cortez & Morais/INTERCOM, 1979. p. 31-41.
- MARTÍN-BARBEIRO, Jesus. **Dos meios às mediações** - Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MEC/ CFE. Parecer nº 480/83, de 6 de outubro de 1983. Aprovação do currículo mínimo do curso de Comunicação Social. **Documenta**, Brasília, n. 74, p. 81-109, out. 1983.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MOURA, Cláudia Peixoto de. **Curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo intertranscultural** - Novos itinerários para a educação. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004.
- PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. **Projeto Político Pedagógico: debate emergente na escola atual**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.
- [PPC 1] Projeto Pedagógico de Curso 1. **Comunicação Social. Habilitação: Rádio e Televisão**. Região Nordeste, 2007.
- [PPC 2] Projeto Pedagógico de Curso 2. **Comunicação Social/Habilitação: Rádio e TV**. Região Nordeste, 2012.
- [PPC 4] Projeto Pedagógico de Curso 4. **Comunicação Social – Radialismo**. Região Nordeste, 2013.
- [PPC 6] Projeto Pedagógico de Curso 6. **Comunicação Social com Habilitação em Radialismo (Rádio e TV)**. Região Nordeste, 2007.
- [PPC 8] Projeto Pedagógico de Curso 8. **Rádio, TV e Internet (RTVI)**. Região Sudeste, 2015.
- [PPC 9] Projeto Pedagógico de Curso 9. **Comunicação Social - Radialismo**. Região Sudeste, 2007.
- [PPC 11] Projeto Pedagógico de Curso 11. **Rádio, TV e Internet**. Região Sudeste, 2014.
- [PPC 14] Projeto Pedagógico de Curso 14. **Comunicação Social: Rádio e TV**. Região Sudeste, 2017.
- [PPC 16] Projeto Pedagógico de Curso 16. **Comunicação Social - Rádio e TV**. Região Sudeste, 2012.
- PRATA, Nair; PESSOA, Sônia; SANTOS, Maria Cláudia; CAMPELO, Wanir. Cursos de graduação em Radialismo no Brasil - trajetória e cenário. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 35., 2012, Fortaleza. **Anais ...** São Paulo: INTERCOM, 2012.
- SEIXAS, Pablo de Sousa. **A formação graduada em psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pós-DCN**. Natal: UFRN, 2014. (Tese de Doutorado em Psicologia).
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade** - Uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SODRÉ, Muniz. O ethos miatizado. *In: SODRÉ, Muniz. Antropológica do espelho* - Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-82.
- SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político- pedagógico**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2010.